



CONGRESSO

Rolo compressor para aprovar PEC

Base do governo crava que pacote de bondades será votado hoje na comissão especial e, em seguida, no plenário da Câmara

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Danilo Forte (C), relator da PEC na Câmara, e o presidente da Casa, Arthur Lira: agilidade para aprovar novos benefícios em pleno ano eleitoral

A base do governo na Câmara se mobiliza para levar à votação, hoje, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Benefícios. A intenção é de que o texto seja apreciado na comissão especial, de manhã, e siga para análise dos deputados à tarde, em dois turnos. Na avaliação dos parlamentares aliados do Planalto, não há manobras regimentais possíveis para impedir a análise da matéria, apesar das ameaças da oposição. Segundo interlocutores do Executivo, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), está disposto a derrubar outras pautas para que a PEC seja votada.

O texto aprovado pelos senadores determina o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, a ampliação do vale-gás, um voucher para caminhoneiros de R\$ 1 mil mensais e auxílio-gasolina destinado a taxistas, entre outros benefícios. O custo total é de R\$ 41,2 bilhões. Forte queria incluir motoristas de aplicativo na lista de contemplados, mas foi pressionado a aprovar a matéria como chegou do Senado. A pressa é cobrada pelo governo, que vê nas medidas uma forma de tentar elevar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro (PL), pré-candidato à reeleição.

A PEC dos benefícios foi pensada à PEC 15/2022, dos biocombustíveis, que já estava na comissão especial. Na madrugada de ontem, Forte leu seu relatório no colegiado. A sessão foi marcada por **bate-boca** entre a oposição e a base do governo. Integrantes de partidos contrários ao governo criticam a tramitação do texto, sem espaço para sugestões de emendas dos deputados. A votação não ocorreu por causa de um pedido de vista.

“Pedimos vista e vamos debater conteúdo na comissão especial. Não tem como colocar mais emenda, eles não abriram pauta para emendamento. O governo apensou tudo na PEC 15, e não abriram mais sessões. Atropelaram o processo, e a gente tem,

agora, dois caminhos: votar contra ou favor, mas contra esse projeto, com a crise que passa o povo, a gente não vai votar”, disse o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG).

Confusão

No momento da leitura do parecer na comissão especial, houve uma confusão entre os parlamentares. A presidente do colegiado, Celina Leão (PP-DF), autorizou o relator a ler o documento, mas os opositoristas alegaram desrespeito ao regimento interno e disseram que ainda tinham direito de discursar. Danilo Forte, então, proferiu o parecer sob protesto de deputados de esquerda, que falavam junto com o relator.

Eleitoreira

Na reunião do colegiado, integrantes da oposição voltaram a definir a PEC dos Benefícios como uma medida eleitoreira



Bolsonaro entrou em desespero porque não reage nas pesquisas. Essa é a PEC do desespero de Bolsonaro

Joice Hasselmann (PSDB-SP), deputada

e questionaram as razões de os auxílios não terem sido concedidos em outro momento. Ex-aliada de Bolsonaro, a deputada Joice Hasselmann (PSDB-SP) afirmou que o governo “nunca se preocupou com os mais pobres”. “Bolsonaro entrou em desespero porque não reage nas pesquisas. Essa é a PEC do desespero de Bolsonaro”, declarou.

O líder do governo, Ricardo Barros (PP-PR), argumentou que a tramitação da PEC “está dentro das regras”. “Amanhã (hoje), aprovaremos com os votos da oposição. Será quase unanimidade”, frisou.

Redução de confiança

A PEC dos Benefícios fragiliza ainda mais a regra do teto de gastos e reduz a confiança no compromisso de disciplina fiscal, concluiu a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, em relatório divulgado ontem.

A proposta está em tramitação na Câmara, mas, com base no texto aprovado no Senado, a IFI cita o gasto autorizado de R\$ 41,2 bilhões. O texto é patrocinado pelo governo Jair Bolsonaro, que dribla leis fiscais e eleitorais a menos de 100 dias da disputa pelo Planalto, por meio da criação de um estado de emergência devido à alta “extraordinária e imprevisível” dos combustíveis.

O relatório também destaca que a proposta tem efeitos fiscais para os próximos anos, especialmente em relação ao fim da fila de espera do Auxílio Brasil, calculada em 1,6 milhão de famílias. Além desse ponto, a PEC promove uma série de benesses.

“À parte o mérito das medidas adotadas até então, o efeito colateral é fragilizar a principal âncora fiscal do país (teto de gastos), com consequentes efeitos sobre a sustentabilidade das contas públicas”, diz o relatório assinado pelo diretor-executivo Daniel Couri e pela diretora Vilma Pinto, lembrando outras iniciativas na mesma direção, como a PEC dos Precatórios.

“Portanto, independentemente de o país reunir ou não as condições para reconhecimento do estado de emergência, tarefa dada ao Congresso Nacional e não à IFI, eventual aprovação das medidas, ora propostas, aumentam o risco para as contas públicas no médio prazo e sinalizam falta de compromisso com a disciplina fiscal”, completa.

Em relação ao novo valor do Auxílio Brasil, principal bandeira social de Bolsonaro, a IFI ressalta que o aumento de 50% é muito superior à inflação acumulada em 12 meses até maio (11,9%, segundo o INPC).

Barros: proposta “é uma necessidade”

O líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), cravou que a PEC dos Benefícios será votada hoje, na comissão especial, e, em seguida, no plenário da Câmara.

O parlamentar afirmou que a votação da proposta é uma necessidade em razão do contexto mundial de inflação alta. Ele negou que haja intenção de interferir no resultado da eleição presidencial.

“Nós estamos votando a PEC dos Benefícios porque, neste momento, é preciso. É o fato de termos eleições no Brasil não é nenhum demérito. Não é uma PEC eleitoreira, é uma PEC feita no momento em que o governo precisa agir, como outros governos de outros países estão agindo, independentemente de ter ou não eleições”, argumentou.

Barros disse que os gastos com a criação de benefícios previstos na PEC serão custeados com

parte do que já foi arrecadado com receitas extraordinárias, como a capitalização da Eletrobras, dividendos acumulados da Petrobras e outros recursos além da previsão orçamentária. “A decisão do governo Bolsonaro de conceder esses benefícios é acertada”, sustentou.

O deputado negou que os benefícios criados tenham impacto negativo nas contas públicas. “Estamos tomando uma decisão que não afeta o mercado porque não endivida o país. Estamos investindo parte do que já foi arrecadado de receitas extraordinárias neste ano. Não tem nada de irresponsabilidade fiscal, pelo contrário”, rebateu.

Por se tratar de uma proposta de PEC, o texto precisa ser aprovado por três quintos dos deputados, o correspondente a 308 votos favoráveis, em dois turnos de votação. (Com Agência Câmara)

Paulo Sergio/Câmara dos Deputados



O líder do governo na Câmara negou caráter eleitoreiro do texto

TCU apura suposto abuso econômico

O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu uma investigação para apurar eventual “abuso econômico e político em ano eleitoral” na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Benefícios. O texto prevê o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, a ampliação do vale-gás, um voucher para caminhoneiros de R\$ 1 mil mensais e auxílio-gasolina destinado a taxistas, entre outras benesses, a três meses das eleições. O custo total é de R\$ 41,2 bilhões.

O subprocurador do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Furtado, assina o pedido de investigação. Ele pede que a Corte atue para impedir o governo federal de “flexibilizar o teto de gastos, comprometer o equilíbrio fiscal das contas públicas e desrespeitar princípios elementares do direito financeiro e da Lei de Responsabilidade Fiscal

(LRF) em possível retrocesso para o país”. O relator será o ministro Aroldo Cedraz.

Além disso, a representação requer que o governo faça estudos e divulgue quantas pessoas ou famílias receberão os benefícios “com categorização por município, gênero, faixa de idade e grau de escolaridade”. Conforme Furtado, somente com esse detalhamento será possível que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) avalie a possibilidade de haver abuso do poder político/econômico nas eleições.

“A proposta de emenda pretende ampliar programas sociais, identificados pela campanha de Bolsonaro como fundamentais para recuperar a desvantagem nas pesquisas de intenção de voto para presidente, lideradas por Luiz Inácio Lula da Silva (PT)”, argumentou Furtado no texto. (TM e RF)